

Referência da obra resenhada:

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

## **RESENHA DO LIVRO “CONSCIÊNCIA DE CLASSE E DE LUGAR, PRÁXIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL” DE MARCOS AURELIO SAQUET**

**Arthur Breno Stürmer**

Doutorando em Geografia - UFSM  
Docente do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)  
E-mail: arthur.sturmer@gmail.com

Estamos acostumados a separar os espaços e dividir os tempos, compartimentando nossa geografia e fragmentando nossa história. Quando se lê a obra “Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial”, percebemos um sul brasileiro e gaúcho que se repetiu no estado de Santa Catarina e se reproduz hoje no interior do Paraná. Não é somente o passado comum, da época da colonização e início da indústria, que une tais estados, mas a experiência comum de desenvolvimento que tem lugar no presente, a partir da agricultura familiar, pequena propriedade rural, produção de alimentos e, atualmente, com as práticas agroecológicas.

As análises e reflexões que se seguem têm a marca do sul, de uma teoria do desenvolvimento regional surgida da interface entre a academia e o que ainda nos foi legado da colonização italiana da Quarta Colônia. Saquet iniciou sua produção teórica estudando o processo de construção do espaço de Nova Palma - RS, mas foi com a pesquisa em torno da gênese e desenvolvimento da Ex-Colônia Silveira Martins (RS), no período de 1878 a 1950, que consolidou uma visão definitiva a respeito da colonização, apropriação e produção do espaço geográfico pelos italianos.

Destoando das análises mais corriqueiras, seu foco sobre o desenvolvimento abarca a dimensão econômica, política, cultural e ambiental; esmiúça as formas de produção camponesa, seus sucessos e entraves, perspectivas e desdobramentos para o futuro. Porém, ao considerar as diversas territorialidades, as temporalidades lentas, a artesanalidade, a tradição cultural herdada dos primeiros e novos migrantes – dentre elas a tradição da organização sócio-produtiva –, é que se sobressaem a cooperação e a solidariedade como valores incontestes entre o povo do sul.

As preocupações, agora e nesta obra, avançam para questões ligadas à sobrevivência de modos de vida (camponesa), à garantia de seu “lugar-território de vida cotidiana” e à preservação

do patrimônio cultural e ambiental. Por isso, há a oportuna referência à consciência de classe e de lugar, à práxis e à abordagem territorial do desenvolvimento.

Então, como construir uma sociedade mais justa, simétrica, ecológica e culturalmente valorizada? Que caminhos seguir para se chegar à efetiva cooperação e solidariedade, identidade e proximidade, ancoragem e redes curtas, senão pela práxis orientada para a construção participativa e dialógica? Por que meios uma transformação social e territorial com esses atributos torna-se possível, a não ser por projetos e programas de desenvolvimento territorial comprometidos com os aspectos ambientais, produtivos, identitários, políticos e sociais concretos da classe trabalhadora?

Tais questões encontram respostas objetivas na obra mais recente de Marcos Aurélio Saquet, *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*, na qual procura, em um esforço de síntese entre teoria e prática, reafirmar a importância da autonomia e da construção participativa nos projetos de desenvolvimento, notadamente os de base local, cultural e ecológica.

A preocupação em sintetizar as experiências com o desenvolvimento local e regional aproxima esta de outras obras do autor, como *Territórios e territorialidades* (2<sup>a</sup> edição, 2015), organizada em parceria com Eliseu Savério Sposito, na qual advoga a abordagem territorial no capítulo quarto da coletânea; *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades* (2<sup>a</sup> edição, 2015), em que o autor reúne resultados de pesquisa, ensino e extensão a partir da – diz ele na terceira pessoa – “nossa práxis de trabalho”; e *Abordagens e concepções de território* (4<sup>a</sup> edição, 2013), que se tornou um marco nos estudos sobre o território e vem servindo às reflexões no âmbito das mais diversas áreas do conhecimento.

Marcos Aurélio Saquet é Doutor em Geografia e Pós-Doutor pela *Università di Torino*, Itália. Exerce a docência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Francisco Beltrão - PR, e atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* Presidente Prudente - SP. Também é membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) na condição de líder, entretanto é a pesquisa junto às realidades locais e regionais sua principal fonte de reflexões (inclusive as contidas na presente obra). Citem-se as pesquisas sobre a economia do sudoeste do Paraná, a indústria no interior de São Paulo e as mais recentes, acerca da produção de alimentos por agricultores camponeses em municípios da mesma região.

A agroecologia entre os camponeses do oeste do estado do Paraná acaba sendo uma das referências fundamentais para a obra em análise, mas não a única, pelo que a maioria dos resultados e discussões parecem se referir também às realidades observáveis no norte/noroeste do Rio Grande do Sul (Região da Produção) ou mesmo do Oeste e Meio-Oeste Catarinense. Embora nestas regiões

a produção convencional seja dominante, há espaço para as experiências autocentradass, participativas e ecológicas, além dos circuitos curtos e do desenvolvimento territorial. Aliás, o autor conduz o debate através de uma abordagem territorial que há tempos caracteriza o conjunto de sua obra. Não por acaso, os conceitos de *território*, *redes de territórios* e *territorialidades* são utilizados do início ao fim do livro.

Quem já conhece os textos anteriores de Marcos Saquet compreenderá o recurso constante às próprias referências. Aos demais leitores isso parecerá excessivo, não obstante justificado pela correção e rigor costumeiros, combinados ao efeito convincente da proximidade do autor com o objeto de estudo e reflexão. Acontece que são mais de duas décadas de trabalhos de campo e construção teórica constante, que, agora, são trazidos ao público na forma de textos com a marca da dedicação ímpar à problemática do desenvolvimento urbano-rural – e nela a subordinação e exploração de agricultores familiares, bem como a resistência intelectual de um autor que não abriu mão de suas concepções, abordagens e práticas, apesar das “pressões vindas ‘de cima’” (SAQUET, 2017, p. 15).

Depois de tanto tempo, ainda chama a atenção o uso da fundamentação teórica ligada ao materialismo histórico e dialético sendo aplicado, na medida certa, frente à temática central do livro: a agroecologia como modelo (sustentável) de desenvolvimento do campo, especialmente da agricultura. Se considerarmos os dizeres do prefácio do livro, perceberemos Saquet demarcando o campo epistemológico em favor, segundo Bernardo Mançano Fernandes, da agroecologia, que, por sua vez, “é um ato territorial” em relação ao agronegócio (FERNANDES *in* SAQUET, 2017).

A leitura da introdução situa muito bem o leitor diante das concepções teóricas e opções metodológicas adotadas. Esse mergulho inicial é imprescindível, mesmo que denso pela citação de trabalhos anteriores e pela quantidade de autores que compõe o já extenso rol bibliográfico. São vinte e nove páginas que ilustram o contexto da pesquisa, justificando a menção à *consciência de classe*, ao *lugar* e à *práxis*. Conforme Saquet, esta práxis exige o pertencimento a uma classe social e a um lugar, pois implica em organização e luta política.

O livro inicia, com o capítulo 1, justamente descrevendo a trajetória de trabalho com uma Geografia da *práxis*, isto é, com uma ciência que reconhece a “unidade dialética entre o homem e o mundo, a ideia e a matéria” (SAQUET, 2017, p. 54). Essa interface entre teoria e prática transparece na autoanálise que Saquet faz de sua produção desde a graduação, percorrendo uma trajetória autobiográfica que, página a página, justifica sua (auto)reconhecida contribuição à “construção de uma concepção multidimensional, histórica e reticular de Geografia, desenvolvimento e território” (*Ibid.*, p. 50). Com abundância de quadros-síntese, ilustra com folga a

“perspectiva histórico-crítica, (i)material/pluridimensional e relacional/reticular/transversal/transcalar” adotada nas pesquisas sobre elementos e processos do território, assim como em relação às territorialidades e temporalidades no processo TDR (Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização).

O breve capítulo 2 adentra a formação da agroecologia, contextualizando-a temporal e espacialmente em relação ao Brasil e à América Latina, explicando sua origem como alternativa de produção, oposição ao agronegócio e relatando os problemas que este gera. São consequências de ordem fundiária, territorial, ambiental, social e de saúde, mas também cultural e étnica, sem falar nos conflitos agrários. A oposição entre o modelo agroecológico e o do agronegócio é explicada por ser a agroecologia fundada em “práticas e movimento (e vice-versa!), conhecimentos, saberes, técnicas e tecnologias” (*Ibid.*, p. 81) distintos, como também por se constituir em prática produtiva *e de vida*.

É no capítulo 3 que a agroecologia se revela enquanto prática camponesa, com intensidade e incidência em uma temporalidade lenta, portanto diversa e concorrente do agronegócio. São descritas oito características da agricultura camponesa, com a ressalva de que todos os seus elementos e processos estão em consonância com determinada relação espaço-tempo ou – como diz Saquet – estão de acordo com cada contexto histórico e lugar. Quer dizer, há variações ou “distintas combinações” de características na agricultura camponesa, tendo em comum os princípios de preservação da natureza, valorização da biodiversidade e do conhecimento dos agricultores. Todavia, Saquet estende e detalha as características específicas da agroecologia e, ao final, define-a por “movimento político, científico e cultural”, tal qual exigem suas práticas – geralmente com uso diversificado do solo, relativa autonomia frente ao mercado e suficiência alimentar. E o autor traz como prova os resultados de pesquisas muito bem sintetizadas em tabelas e quadros com dados concretos dos municípios onde atuam ONGs, associações de agricultores/as (agro)ecológicos/as, cooperativas e prefeituras municipais. Trata-se do principal capítulo do livro, se tomado isoladamente.

O capítulo 4 aprofunda a compreensão que o leitor terá acerca da agroecologia com experiências já mencionadas na obra, como as da CAPA, APAVE e APROVIVE, siglas para Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - Verê - PR, Associação de Produtores Agroecológicos de Verê e Associação dos Vitivinicultores de Verê, respectivamente, e o caso da Rede ECOVIDA de Agroecologia.

O capítulo 5 encaminha a discussão para a relação entre as práticas agroecológicas e a produção convencional a partir de uma análise histórica e bem localizada. É o momento de se

compreender as diferentes temporalidades que emergem como contradições no mesmo recorte espacial, as dificuldades em se manter práticas agroecológicas nos seis municípios pesquisados pelo autor e a relevância cultural, política e ambiental representada pela agroecologia. A problemática das sementes (crioulas) exemplifica as territorialidades que também integram a práxis mobilizadora e a luta auto-organizativa das entidades vistas no capítulo anterior. Estas últimas, somadas às feiras livres, reproduzem a solidariedade e a cooperação inerentes a uma verdadeira comunidade.

O capítulo 6 reforça a necessidade da solidariedade, sinergia e cooperação para o desenvolvimento local. A relação entre tais elementos requer assinalar a diferença entre *redes de territórios* – com caráter concorrencial e mercantil – e *territórios em rede* – significando cooperação, acordos e pactos. Os estudos territoriais e os projetos de desenvolvimento territorial de base local, participativa e ecológica precisam, segundo o autor, considerar os *territórios em rede*. Eles acolhem processos de interação para produzir e comercializar, denominados de circuitos curtos, os quais exigem a confiança entre produtores e consumidores e são “componentes centrais da cooperação, da sinergia e da solidariedade” (Ibid., p. 180). As redes curtas nas práticas camponesas e agroecológicas têm essa configuração, como se percebe nos exemplos práticos que o autor traz. As mesmas redes curtas relacionam-se à *consciência de classe e de lugar*, uma vez que a mobilização e auto-organização dos sujeitos assume um conteúdo contraposto à produção agroquímica e convencional ao longo de seu movimento de articulação, ancoragem e resistência.

A obra não encerra as discussões sem a proposição de questões para reflexão e debate, que se tornam muito úteis para situar a proposta de desenvolvimento territorial que, até então, vinha sendo o plano de fundo. Trazida à frente, ela é colocada em meio a teorias mais genéricas, mas de peso, como as da *compressão do tempo-espac*o e da *revolução mundial*. Habilmente, Saquet defende um desenvolvimento cuja consciência de classe e de lugar concorrem para a cooperação e solidariedade, quando aliadas aos processos de mobilização, resistência e luta política contra-hegemônica. Entende-se, doravante, que não há o global impondo-se ao local, mas o global pressionando o local que se apoia em identidades culturais e territoriais bem definidas e fortalecidas diante da inserção intensa e sistemática no mercado.

É impossível não recordar os municípios da metade sul do Rio Grande do Sul, cujo contexto os diferencia do restante do estado e do mundo por uma identidade ligada aos Pampas, à grande propriedade e à pecuária; lembrar mesmo dos inúmeros movimentos tradicionalistas presentes em todo o estado, formando uma base cultural indissociável da vida cotidiana do povo gaúcho e, logo, inseparável dos seus produtos típicos e das formas de produção.

O autor afirma repetidamente a coexistência de temporalidades, espacialidades, territorialidades, valores, formas de produção e comercialização distintas, plurais, no território. Há, pois, uma heterogeneidade vislumbrada por Saquet à semelhança de um mar de especificidades e potencialidades sobre as quais se pode elaborar um paradigma contra-hegemônico de resistência e luta. Aqui entra em cena a *práxis* transformadora a partir do cotidiano, concebida de modo a surpreender o leitor, pois ela é reflexiva, dialógica, solidária, participativa, mas não só. Em termos tão claros quanto nítidos e diversos do usual, o autor revela-se na meta para a qual convergem os esforços magistrais de toda a sua obra: o que se quer fazer é o “nosso prático movimento, lento, humilde e silencioso, de base local, ecológica, política e cultural” como uma “*revolução permanente e democrática*” (*Ibid.*, p. 201, grifo do autor).

## REFERÊNCIAS

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.